

## POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO CICLO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Joventino dos Santos Silva\*

**RESUMO:** *Este trabalho é resultado de estudo referente às políticas educacionais no Brasil, especificamente, a partir da década de 60. Buscou-se compreender as mudanças ocorridas nas concepções e tendências educacionais no que se refere ao desdobramento do ensino fundamental em ciclo e qual a participação da comunidade nesse processo. Analisamos a implantação do Ciclo de Aprendizagem no município de Vitória da Conquista-Ba, levando em consideração as primeiras experiências implantadas no Brasil. Para compreender essa temática, foram utilizados como base para análises e discussões, representações de profissionais da educação, confrontando-as com a literatura sobre a temática. De acordo com os resultados, percebemos que não basta, simplesmente, mudar de modalidade para que o sistema educacional venha funcionar adequadamente, atendendo às demandas educacionais existentes. É preciso considerar a participação de todos os envolvidos no processo, profissionais da educação, estudantes, comunidade, segmentos da sociedade civil organizada, entre outros, na reformulação das políticas educacionais, sendo eles os principais atores e autores.*

**Palavras-chave:** Ciclo de aprendizagem; Educação e democracia; Políticas educacionais

### 1 - INTRODUÇÃO

A questão que buscaremos tratar neste trabalho se relaciona com o processo de estruturação do Sistema Educacional Brasileiro, abordando questões relacionadas com concepções políticas, sociais e estruturação educacional a partir da década de 60. Observa-se que se trata de uma temática muito ampla e de difícil domínio, pois os fatores que influenciam no processo social, político e educacional, no que diz respeito à aceção das políticas educacionais, encontra-se além das instituições governamentais, chegando aos segmentos da sociedade civil organizada. Desta forma, demonstraremos alguns fatores que possam influenciar nas formas de reorganizar o cenário educacional e seu reflexo na população.

Nesta abordagem, observa-se que, nas décadas de 60 e 70, o que prevaleceu no Brasil foi o modelo educacional tecnicista, em que se acreditava que os principais autores e atores do processo eram os técnicos. Neste contexto, o discurso consistia na idéia de educação e desenvolvimento social, coisa que nunca aconteceu em nosso país.

Com a crise do modelo tecnicista, no início da década de 80, surjem novos arranjos educacionais, entre eles os denominados Ciclos de Aprendizagem, sempre com o discurso voltado para a educação e democracia, em busca de proporcionar uma educação de maior qualidade. Só que tal qualidade, ainda, não foi alcançada, tampouco a concretização de tal democracia. Neste contexto, analisaremos a implantação do Ciclo de Aprendizagem no município de Vitória da Conquista-Ba.

---

\* Graduado em Pedagogia e Pós-Graduando em Educação, Cultura e Memória pela UESB. Professor da Rede Municipal de Vitória da Conquista-Ba. Membro de grupo de pesquisa (Museu Pedagógico/UESB). E-mail: joventino.silva@bol.com.br.

## 2 – TECNICISMO E O APARECIMENTO DO CICLO DE APRENDIZAGEM

Dentro do modelo tecnicista, prevalecente principalmente nas décadas de 60 e 70, as concepções educacionais voltavam-se simplesmente para formar os indivíduos de maneira técnica em busca de atender ao mercado. Esse modelo político e educacional só veio sofrer alterações a partir das várias crises econômicas e políticas que tomaram conta do país no final da década de 70. Com tais crises, novas demandas precisaram ser atendidas no seio da sociedade brasileira, principalmente nas esferas econômica, educacional, política e social.

A partir do cenário em que a sociedade brasileira se encontrava, em busca da redemocratização do país, novos arranjos foram formulados e/ou reformulados no âmbito educacional, na tentativa de romper com o tipo de organização estabelecida durante o Período Militar; o qual não mais atendia à demanda populacional, que exigia mudanças o mais rápido possível.

Com base em manifestações e reivindicações de grupos da sociedade organizada no início da década de 80, vários estados e municípios começaram a reestruturar o ensino fundamental. Neste momento, em São Paulo, houve uma das primeiras experiências com a implantação da modalidade de Ciclo Básico. Mesmo com o processo de redemocratização em sua plena efervescência e com os dirigentes de órgãos educacionais deste estado mencionarem uma possível participação dos educadores e outros profissionais da educação, nos debates e construção de uma nova proposta educacional que viesse a atender a nova demanda, esses segmentos não participaram de maneira ativa e efetiva nesta construção. Desta forma, de acordo com Ambrosetti (1999, pg. 58), apesar de ter sido apresentada a proposta “como fase inicial de mudanças tão profundas, a implantação de Ciclo Básico, tal como as reformas anteriores, foi decidida sem a participação dos professores”.

Com a não-participação efetiva dos profissionais da educação, essa comunidade se encontrou, mais uma vez, refém de políticas impostas de cima para baixo, vindas dos tecnocratas da educação. Com essa maneira de organizar o cenário educacional, a velha concepção de educação se estendeu durante décadas.

Mesmo organizando a educação em ciclos, uma vez que os professores não conheciam, de maneira contundente, a nova proposta, estes ficaram impossibilitados de romper com a velha maneira de ver o processo educativo. Por isso, de acordo com Arroyo (1999, pg. 147), “os futuros profissionais da escola e aqueles que nela trabalham internalizaram a concepção precedente: só interessa aprender o que os prepare para tarefas concretas, para intervenções pontuais”.

Ainda neste sentido, Gadotti (2001, pg. 62) afirma que “a escola tem servido, pelos seus programas, pela sua política, pela sua prática, para legitimar o poder totalitário, constituindo-se, portanto, num empecilho para legitimar o avanço em direção a uma sociedade democrática, simplesmente democrática”.

A idéia de repensar a educação já foi um grande avanço, mesmo com a democracia não soando largamente. Infelizmente, uma significativa parcela dos dirigentes das instituições governamentais estavam, ainda, impregnados com o ideário tecnicista.

### 2.1 – Os ciclos analisados em duas lógicas

Em uma das lógicas de conceber a “modalidade” dos ciclos, tem-se a oportunidade de repensar o papel da escola; nesse caso, atenção especial deve ser dada ao processo avaliativo. Se for para a seleção de alunos, basta continuar reproduzindo o sistema já existente. Mas se for para a intervenção pedagógica para garantir não somente o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos educandos, o trabalho será árduo a médio e longo prazo, devido à cultura

educacional existente. A avaliação nesse sentido terá o papel de retro-alimentar as competências de toda a comunidade escolar.

Dentro de uma proposta de progressão continuada, a idéia é trabalhar, utilizando-se a avaliação durante todo o processo educativo em busca de detectar possíveis falhas e/ou faltas, na tentativa de saná-las. Assim, o profissional da educação poderá focar o ponto central das dificuldades de cada aluno ou de grupos de educandos, para em seguida trabalhar com o intuito de alcançar a superação durante o processo educativo. Pensando desta forma, percebe-se que a modalidade de Ciclo

não é um amontoado ou conglomerado de séries, nem uma simples receita para facilitar o fluxo escolar, acabar com a reprovação e a retenção, não é uma seqüência de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso. É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano (ARROYO, 1999, pg. 158).

Além da idéia de vários estudiosos, consistindo em adotar os Ciclos para proporcionar um acompanhamento mais eficaz dos alunos, através de um período maior, para que seja explorada de forma sistematizada as competências e habilidades dos envolvidos, há uma outra lógica baseada na “concepção oficial”; ou seja:

implantar os ciclos, amontoados de séries, para acabar com a retenção, acelerar o fluxo, ou acabar com a defasagem idade-série em nome do respeito à diversidade de ritmos de aprendizagem. Essa visão de ciclo em nada mexe com as velhas concepções de educação e de seu profissional, antes as reforça e desqualifica (ARROYO, 1999, pg. 157).

De acordo com o cenário educacional, parece que a lógica adotada é justamente essa última, uma vez que os dados referentes à educação demonstram simplesmente que a escola está falhando no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. Dentro desta dimensão, analisaremos, a seguir, o quadro educacional do município de Vitória da Conquista-Ba juntamente com a implantação do Ciclo de Aprendizagem.

### **3 – CONTEXTO EDUCACIONAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: DISPARIDADES REGIONAIS EM NÚMEROS**

O município de Vitória da Conquista, onde se realizou a análise, está localizado na região Sudoeste do Estado da Bahia, com estimativa populacional de 270.364 habitantes, teve sua instalação em 1840, e conta com cerca de 245 escolas públicas do ensino fundamental: 212 são municipais e 33 estaduais.<sup>1</sup>

O corpo docente deste Município é composto por 1535 regentes, os quais se distribuem com as seguintes funções: 691 atuam da Pré-Escola à 4ª série, e 361 da 5ª à 8ª série. Esses profissionais têm a seguinte formação:

---

<sup>1</sup> Fonte: FNDE, 2004. Dados referentes ao ano de 2003.

| Número de professores da rede municipal por grau de formação |             |            |                     |                 |                  |                              |           |
|--|-------------|------------|---------------------|-----------------|------------------|------------------------------|-----------|
|  | Fundamental |            | Médio               |                 | Superior         |                              |           |
|  | Completo    | Incompleto | Magistério Completo | Outros Completo | Licenc. Completa | Compl. sem Licenc. c/Magist. | s/Magist. |
| Pré-escolar  | -           | -          | 44                  | -               | -                | -                            | -         |
| Fundamental  | -           | -          | 776                 | 73              | 250              | 3                            | 7         |
| EJA  | 1           | -          | 18                  | -               | -                | -                            | -         |
| <b>Total</b>   | <b>1</b>    | <b>-</b>   | <b>838</b>          | <b>73</b>       | <b>250</b>       | <b>3</b>                     | <b>7</b>  |

Fonte: FNDE (2004)

Dentro do universo de alunos matriculados na rede de educação municipal, no ano de 2004, de acordo com a Secretaria da Educação, somava um montante de 42.860, distribuído em todas as modalidades oferecidas no âmbito municipal. Já na rede estadual, tem-se um total equivalente a 23.724 matriculados no ano de 2003, conforme dados do FNDE (2004).

A evasão em Vitória da Conquista, no ano de 2003, chegou a 18%, conforme dados da Secretaria Municipal da Educação, (SMED), (2004). De acordo com dados do INEP (2003), em 2000, a taxa de evasão na Região Nordeste se acentuou com 6,7, contra 7,9 no Norte, sendo esta a mais elevada de toda a federação. Com esses dados, percebe-se que o município em questão fica em uma situação desprivilegiada em relação à média brasileira e nordestina.

A distorção idade/série no cenário brasileiro, em 1991, ficou por volta de 64,1, reduzindo para 41,7, em 2000; o Nordeste ficou, em 1991, com o número igual a 80,6, caindo para 59,8. Neste contexto, as séries que mais sofrem com a distorção idade/série são a quinta, com média nacional e nordestina de 50,4 e 71,1, em 2000, sendo a nordestina a maior entre todas as Regiões, e a primeira série, que somam uma média nacional e nordestina de 27,8 e 42,2 (INEP, 2003). Dessa forma, notam-se as disparidades regionais que há dentro do país.

A repetência no cenário brasileiro, em 1991, ficou por volta de 33,2, reduzindo para 21,7, em 2000; o Nordeste ficou em 1991 com o número igual a 43,4, caindo para 30,6. Neste contexto, as séries que mais sofrem com a repetência são a quinta, com média nacional e nordestina de 24,8 e 34,4, em 2000, a nordestina é a maior entre todas as Regiões e a primeira série, que somam uma média nacional e nordestina de 36,2 e 50,0 o Nordeste novamente com a maior taxa de repetência (INEP, 2003). Em vitória da Conquista, a média no geral, em 2003, ficou em 22% SMED (2004).

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Brasil, em 1991, somava um total de 20,1, havendo um decréscimo para 13,6 em 2000. Entre as regiões, o Nordeste fica com o pior indicador, em 1999, era de 37,6, tendo esse número reduzido para 26,2 em 2000, mesmo assim, ficando praticamente com o dobro da média nacional. O melhor número fica com a Região Sul, que, em 2000, contava com um número igual a 7,7 (INEP, 2003). Em vitória da Conquista, em 2000, a taxa de analfabetismo girava em torno de 23,7, acompanhando a performance precária da Região Nordeste (PNUD, 2004).

### 3.1 – Das dificuldades à implantação do ciclo em Vitória da Conquista

Com base no quadro em que se encontrava o cenário educacional no município de Vitória da Conquista-Ba, o qual estava diante de inúmeros problemas tais como repetência, evasão, distorção idade, série etc, ao final da década de 90 e início do ano de 2000, sua estrutura educacional foi reformulada, com o discurso de diminuir tais problemas enfrentados.

Em relação à organização da modalidade educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo Art. 32, § 1º, define que “é facultado aos sistemas de ensino

desdobrar o ensino fundamental em ciclos” (SAVIANI, 2000, pg. 173). Com base neste artigo e experiências em outros municípios do país, a Secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista-Ba (SMED) implantou, em 1998, a Proposta do Ciclo de Aprendizagem. O processo dessa implantação não foi acompanhado de perto, de maneira que pudesse diagnosticar a real situação em que se encontrava o município e sobre possíveis impactos que o Ciclo poderia gerar.

Por causa dessa falta de acompanhamento inicial, no ano de 2000, a Coordenação do 1º Ciclo de Aprendizagem observou que os objetivos propostos por essa ação pedagógica não estavam sendo alcançados em suas múltiplas dimensões. Sendo assim, também, foi verificado que o alto índice de repetência continuara SMED (2004).

De acordo com Arroyo (1999, pg. 159), “a concepção de organização da escola em ciclos vai depender da concepção de educação básica que nos orienta”. É possível que, durante a implantação do ciclo, em Vitória da Conquista-Ba, seus organizadores tenham cometido o fatalismo de não refletirem sobre qual a concepção de educação a qual queriam que fosse estabelecida, que tipo de cidadão queria que fosse formado e como estabelecer uma relação íntima com os principais envolvidos (os profissionais da educação e a comunidade). Até porque, conforme Gadotti (2001, pg.87), “não havendo organização livre, debate livre, de nossos problemas, não poderemos esperar dos nossos estudantes que estejam motivados a participarem de nossas aulas”.

De acordo com a SMED (2004), em 2001, a Secretaria da Educação, a partir de planejamento e acompanhamento específico, detectou que, mesmo após quatro anos de sua implantação, a Proposta do Ciclo de Aprendizagem (PCA), não atendia às reais necessidades da rede municipal de ensino. Neste momento, com base em tal observação, foram tomadas medidas necessárias para redimensionar o 1º Ciclo de Aprendizagem.

Em busca de solucionar os diversos problemas enfrentados na esfera educacional, no segundo semestre de 2001, conforme a Proposta Pedagógica Ciclos de Aprendizagem (PPCA<sup>2</sup>), foram realizados diversos debates, fóruns e estudos acerca da organização escolar por sistemas de ciclos e séries na tentativa de construir propostas que viessem proporcionar o redimensionamento da estrutura e do funcionamento do sistema de ensino da rede municipal. Após todo esse processo, a maior parte dos envolvidos aceitou a proposta do Ciclo de Aprendizagem.

Em decorrência da infra-estrutura das escolas não suportarem tal redimensionamento, apenas dez estabelecimentos educacionais teriam condições de serem ciclados, no primeiro momento, que aconteceu no ano de 2002. De acordo com a (PPCA, s/d), “o assunto Ciclo de Aprendizagem foi amplamente divulgado, conhecido e debatido, dando oportunidade à participação de todos”.

De acordo com professores entrevistados, a proposta não lhes foi apresentada nem discutida. Os mesmos desconhecem a concepção de ciclo e acreditam que essa modalidade de organização é pior que a anterior. Isto demonstra que a maneira de organizar a educação ainda continua sendo a mesma realizada nas décadas de 70 e 80, em que os profissionais da educação não tinham a oportunidade de participar ativa e efetivamente no processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a estrutura educacional brasileira, a partir da década de 60, observa-se que não houve mudanças significativas no que se refere à participação da comunidade em suas

---

<sup>2</sup> PPCA – Documento emitido pela Secretaria Municipal da Educação do Município de Vitória da Conquista-Ba, no ano de 2004, sem maiores referências.

decisões e organização. Apesar de ter sido democratizado o acesso, a mesma coisa não aconteceu com a permanência e sucesso das camadas menos privilegiadas sócio-economicamente. A estrutura política e educacional manteve-se dentro de um perfil, o qual nega a participação dos segmentos da sociedade civil organizada, principalmente, daqueles que se encontram ligados diretamente com esta estrutura.

Em relação às mudanças organizacionais, percebem-se avanços na maneira de formulá-las e concebê-las, dentro de uma dimensão democrática e participativa. Mas, quanto à sua aplicabilidade, seus fundamentos mais essenciais, os quais poderiam proporcionar mudanças significativas, são distorcidos, agravando mais ainda a defasagem educacional.

Isto pode ser constatado a partir das políticas educacionais implementadas durante o período estudado e de sua aplicação junto à sociedade; principalmente com a organização do Ciclo, no caso específico no município e Vitória da Conquista-Ba.

Dentro deste contexto, sabendo que a educação passou por várias crises até alcançar seu status de democracia, sendo que tal democracia não se expandiu a todos, acreditamos que a participação social pode funcionar como um mecanismo reivindicatório e garantidor de políticas educacionais que garantam a entrada, permanência e sucesso escolar das crianças, as quais fazem parte da parcela populacional menos privilegiada econômica e socialmente.

## REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, Neusa B. **Ciclo básico**: Uma proposta vista pelas professoras. In: Cadernos de Pesquisa. N 75. São Paulo. Novembro de 1990. p. 57-70.

ARROYO, Miguel. **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores**. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 68. s/c. Dezembro de 1999. p. 143-162.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional. **Perfil de Municípios – 2002**. Acessado em: 01/05/2003. Disponível em: [www.fnde.gov.com.br](http://www.fnde.gov.com.br)

GATOTTI, Moacir. **Educação e Poder**: Introdução à pedagogia do conflito. 12ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Acessado em: 24/04/2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação**: LDB trajetória, limites e perspectivas. 6ª ed. Campina SP: Autores Associados, 2000.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Secretaria Municipal da Educação. **Proposta do Ciclo de Aprendizagem**. Vitória da Conquista-Ba, 2004.